



Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Legislando em benefício do povo

Presidente – Geneziano de Sousa Martins

REQUERIMENTO N.º 245/2018 – Vereador Washington de Moura Lopes

Limoeiro do Norte, 20 de Novembro de 2018

O vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental em vigor, vem respeitosamente requerer a V. Sa. que seja solicitado, em caráter de urgência, ao Sr. José Maria de Oliveira Lucena, DD. Prefeito Municipal de Limoeiro do Norte; ao sr. Camilo Sobreira de Santana, DD. Governador do Estado do Ceará; ao Sr. Ângelo José de Negreiros Guerra, Diretor Geral do DNOCS no Ceará, ao Sr. Raimundo César dos Santos, presidente da Fapija – Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e aos atuais senadores da República pelo Estado do Ceará, os Srs. José Barroso Pimentel, Tasso Ribeiro Jereissati e Eunício Oliveira, o empenho de todos os seus esforços na suspensão imediata da ordem de despejo, prevista para esta semana, das dezenas de agricultores familiares, que há vários anos estão instaladas no acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi – onde moram, trabalham, cultivam e produzem naquelas terras.

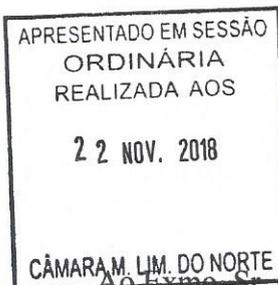
Solicitamos também a imediata efetivação positiva de uma mesa de negociação entre as partes envolvidas (MST – Acampamento Zé Maria do Tomé, DNOCS, Governo do Estado do Ceará, Fapija), para se chegar a uma solução justa daquele grave e preocupante impasse, que poderá empurrar para as margens das estradas, nesses tempos de crise, centenas de pessoas vulneráveis e a caminho da miséria.

No aguardo do atendimento desta solicitação, apresentamos a V. Exa. os protestos de estima e elevado apreço.

Seguem em anexo a lista de vereadores de Limoeiro do Norte que subscrevem este requerimento e uma Nota emitida pelo MST ao não despejo das famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Atenciosamente.


Washington de Moura Lopes
Vereador



Ao Exmo. Sr. Geneziano de Sousa Martins
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Limoeiro do Norte – CE



Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Legislando em benefício do povo

Presidente – Geneziano de Sousa Martins

Atenciosamente,

GENEZIANO de Sousa Martins
Presidente

José Valdir da Silva

José **VALDIR** da Silva
1º Vice Presidente

Carlos Marcos de Sousa Nunes (**BARÃO**)
2º Vice Presidente

HERALDO de Holanda Guimarães
1º Secretário

Washington de Moura Lopes

WASHINGTON de Moura Lopes
1º Secretário

Ângela Maria Pereira da Silva (**ANGINHA**)
Vereadora

Francisco (**CHICO**) Jussier **BALTAZAR** Costa
Vereador

Darlyson de Lima Mendes

Darlyson de Lima Mendes (**PAXÁ**)
Vereador

Flauber de Lima Honorato

FLAUBER de Lima Honorato
Vereador

Francisco Diógenes Peixoto

Francisco Diógenes Peixoto (**MIXICO**)
Vereador

José **ARIMATEIA** de Brito
Vereador

JOÃO Torres de Moura **FILHO**
Vereador

José **GLADIS** de Lima Bandeira
Vereador

José Lins Guerra (**ELIÉZER**)
Vereador

LÍVIA Meneses Maia
Vereadora

**NÃO AO DESPEJO DAS FAMÍLIAS DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ!
NÃO ACEITAMOS OUTRO ELDORADO DOS CARAJÁS NO BRASIL
ASSENTAMENTO IMEDIATO DAS FAMÍLIAS JÁ!**

Com o avanço do golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016 que retirou a presidenta Dilma Rousseff e com eleição do neofascista Jair Bolsonaro as forças reacionárias do judiciário, do agronegócio e do capital se voltam contra os trabalhadores/as com a retirada de direitos. E nos últimos meses realizam uma ofensiva de despejos das famílias acampadas inclusive em áreas já negociada com o Governo do Estado e Governo Federal, dentre eles, Acampamento 17 de Abril/Canafistula no Município de Santana do Acaraú, Acampamento Zé Wilson no Município de Lavras da Mangabeira, Acampamento Vida Nova no Município de Mauriti e Zé Maria do Tomé/Chapada do Apodi no Município de Limoeiro do Norte.

Exigimos uma solução imediata do governo estadual e federal para resolução dos despejos e desapropriação de áreas para as famílias acampadas no Ceará.

HISTÓRIA DO ACAMPAMENTO ZE MARIA DO TOMÉ: QUATRO ANOS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS.

Na madrugada do dia 05 de maio de 2014, centenas de famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, de todo Estado do Ceará, e das famílias sem terra de 36 comunidades de Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte, ocuparam a II etapa do perímetro irrigado Jaguaribe Apodi, reivindicando que a área fosse destinada para as famílias de agricultores sem terra e não para as empresas do agronegócio que envenenam, exploram e destroem a natureza na chapada Apodi.

Esta ação de enfrentamento na Chapada do Apodi contra este modelo do agronegócio vem sendo organizado por agricultores, entidades e movimentos sociais e outras formas de resistência, como foi o caso das lutas pela terra dos pequenos agricultores e contra os agrotóxicos, realizadas por Zé Maria do Tomé (através de Associações). Zé Maria foi brutalmente assassinado dia 21 de abril de 2010 a mando do agronegócio por defender terra, água e alimentos livres de venenos. Ele lutava pela proibição da pulverização aérea e por terra para quem nela trabalha. Para homenagear este companheiro que teve sua voz calada, as comunidades batizaram a ocupação com o nome de Zé Maria do Tomé.

Por isso, nós, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e comunidades da Chapada, com o apoio do Movimento 21 (Conlutas, FAFIDAM/UECE, UFC/TRAMAS, CPT Ceará, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, STTR do Apodi), ocupamos o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi para exigir do Governo Federal e Estadual, o atendimento imediato de nossas reivindicações.

O Perímetro Jaguaribe Apodi foi implantado no final da década de 1980, quando ocorreu a expropriação, expulsão e desmantelamento da produção de cerca de 6 mil famílias da região, que antes produziam alimentos e mantinham relações de identidade com o território. Apenas 316 agricultores conseguiram entrar na I etapa do projeto irrigado, destes, 255 foram expulsos, ou seja, o equivalente a 81% de expropriação, segundo estudo realizado pela Universidade Estadual do Ceará/FAFIDAM. Esse processo levou a luta desses agricultores pelo retorno à terra, através da Associação dos Ex-irrigantes Expropriados do Perímetro Jaguaribe-Apodi (AIJA), que foi presidida por Zé Maria do Tomé.

Após a denúncia ao Ministério Público realizado pela AIJA, o DNOCS realizou no ano de 2009, a mando da Justiça, um estudo sobre a estrutura fundiária do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. O resultado identificou que, dos 10 mil hectares do projeto, 4 mil estão invadidos e grilados, principalmente, por empresas nacionais e transnacionais, que concentram 50% desse total (invadidas e griladas), somente em áreas acima de 100 hectares, são elas: Del Monte (1.223,27); Banesa (356,74); Fruta Cor (284,29) e WG Prod. e Distrib. De Frutas Ltda. (174,46). O Governo Federal e o DNOCS vêm prolongando há mais de 08 anos a solução desse problema, que para nós significa retomar estas áreas de terras e entregar para as famílias, já que a implantação do referido Perímetro ocorreu dentro de um processo de expulsão de agricultores familiares e camponeses da Chapada.

O mais grave é que além dessas empresas dominarem as terras públicas, o que gera a expulsão de agricultores trouxe para a Chapada um modelo de agricultura que só funciona com muito veneno. Esse modelo denominado de agronegócio se caracteriza pela monocultura e destruição da biodiversidade ambiental, leva ao uso intensivo de agrotóxicos e exploração da mão-de-obra com empregos precários. Esse problema também tem se tornado uma preocupação dos camponeses e da população do Vale do Jaguaribe, em função do alto índice de casos de câncer em municípios dessa região, que é 38% a mais que em outros municípios que não incorporam o modelo de agronegócio, segundo pesquisa realizada entre 2013-2014 pela Universidade Federal- UFC.

O acampamento Zé Maria do Tomé, conta com a participação e apoio de organizações e entidades da classe trabalhadora que vem fortalecendo as lutas e negociações com o DNOCS, Ministério da Integração Nacional, INCRA, Presidência da República, Ministério Público Federal e Governo do Estado.

PRINCIPAIS CONQUISTAS:

- 1.700 hectares para o assentamento das famílias acampadas;
- Criação de uma Portaria Interministerial M.I./MDA N° 02 de 24 de março de 2015, que institui grupo de trabalho Interministerial para elaborar e acompanhar a implantação de proposta que defina os critérios de acesso, o modelo de gestão para ocupação, regularização fundiária e apoio a desenvolvimento da produção de agricultores familiares no perímetro irrigado Jaguaribe Apodi no Estado do Ceará, na área de 1.700 hectares destinada ao cumprimento e atualização do Termo de Ajuste de Conduta – TAC;
- Medição das 1.700 hectares pelo DNOCS e INCRA;
- Resistência das famílias acampadas;
- Apoio Nacional e Internacional de organizações e movimentos sociais ao Acampamento Zé Maria do Tomé- MST.

DENUNCIAMOS:

- A perseguição que a Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi – FAPIJA tem feito contra as famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé como, por exemplo, encaminhamento de pedido de reintegração de posse, sendo que a FAPIJA não é dona da área e não tem legitimidade para isso;
- Ressaltamos que o DNOCS deve respeitar as conquistas, cumprir acordos realizados, repassar a área para o Estado para que esse crie o assentamento estadual irrigado.

REIVINDICAMOS

- _ A imediata suspensão das reintegrações de posse contra todas as famílias acampadas;
- Assentamento Irrigado das famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé;
- Pagamento das 306 hectares que faltam dentro das 1700 há;
- _ Solução do acesso a água e energia.

Seguiremos em luta, em defesa da terra, da vida e pela construção da Reforma Agrária Popular!
Convocamos toda a sociedade para apoiar a luta dos (as) trabalhadores (as) e camponeses (as) na defesa de suas terras e territórios.

A chapada é nossa!

A chapada e do povo!

“TIREM SUAS MÃOS, A CHAPADA É NOSSO CHÃO”.

Fortaleza, 16 de novembro de 2018.
Direção Estadual do MST Ceará.